

Homossexualidade, cultura e representações sociais: Um breve percurso sobre a história de sua (des)patologização

Homosexuality, Culture, and Social Representations

Luciana Marques (Brasil)

Universidade Vega de Almeida

lucianamarques@uva.br

Resumo

Fruto de uma pesquisa de reflexão, este artigo se propõe a percorrer a historicidade da homossexualidade na cultura, assim como as representações sociais advindas do campo simbólico, que promovem, através da linguagem, as mais variadas atribuições de valores ao comportamento humano. Partindo das representações na Grécia antiga, onde o prazer tomava a cena, embora com regras, atravessando o estatuto de pecado, na Idade Média, até chegar a categoria de doença, conforme atribuição

Abstract

This article, product of a reflective research, aims to study the historic nature of homosexuality in our culture, as well as the social representations brought from the symbolic field and that promote, by means of the language, the most varied value attributions to human behavior. Starting from the representations of the Ancient Greece –where pleasure was the protagonist, albeit following certain rules–, going through its sinful status in the Middle Ages, and arriving to its categorization as a sickness, according to the

FECHA DE RECEPCIÓN: 12 de marzo de 2014
FECHA DE REVISIÓN: 22 de abril de 2014
APROBACIÓN: 6 de mayo de 2014

PARA CITAR ESTE ARTÍCULO / TO CITE THIS ARTICLE
Marques, L. (2014). *Homossexualidade, cultura e representações sociais: Um breve percurso sobre a história de sua (des)patologização*, *Poliantea*, 10(18), pp. 227-267.

disseminada pelo discurso médico do século XIX, nosso percurso desembocará na despatologização da homossexualidade, promovida por Sigmund Freud, com a publicação de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, obra que subverte a noção de sexualidade e promove um novo olhar para o sujeito e suas escolhas. Por fim, com base no discurso heterossexista atual, que condena as novas formas de representação social da família, censurando a criação de filhos por casais homossexuais, objetivamos elucidar, a partir dos ensinamentos de Jacques Lacan, as diferentes funções, materna e paterna, desligadas de qualquer distinção anatômica necessária à assunção de um sujeito de desejo.

Palavras-chave: homossexualidade; sexualidade; linguagem; cultura; representações sociais; psicanálise.

attribution given by medicine during the XIX century. Our journey ends with the fact that homosexuality is not considered a pathological phenomenon –as established by Sigmund Freud, when writing three essays on sexual theory–. Freud's work undermines the notion of sexuality and gives a new perspective with respect to the human being and his choices. Finally, based on the current heterosexual discourse (that condemns the new social representations of family, censoring homosexuals that raise children), we aim to elucidate the maternal and paternal roles, as established by Jacques Lacan, as not linked to any anatomic difference needed to assume the role of object of desire.

Keywords: homosexuality, sexuality, language, culture, social representations, psychoanalysis.

Resumen

Fruto de una investigación de reflexión, este artículo se propone recorrer la historicidad de la homosexualidad en la cultura, así como las representaciones sociales advenidas del campo simbólico, que promueven, a través del lenguaje, las más variadas atribuciones de valores al comportamiento humano. Partiendo de las representaciones en la Grecia Antigua, donde el placer tomaba la escena, aunque con reglas, atravesando el estatuto de pecado, en la Edad Media, hasta llegar a la categoría de enfermedad, según la atribución diseminada por el discurso médico del siglo XIX, nuestro recorrido desembocará en la despatologización de la homosexualidad, promovida por Sigmund Freud, con la publicación de *Tres ensayos de teoría sexual*, obra que subvierte la noción de sexualidad y promueve un nuevo mirar para el sujeto en sus elecciones. Por fin, con base en el discurso heterossexista actual, que condena las nuevas formas de representación social de la familia, censurando la creación de hijos por parejas homosexuales, tenemos como objetivo dilucidar, a partir de las enseñanzas de Jacques Lacan, las diferentes funciones, materna y paterna, desconectadas de cualquier diferenciación anatómica necesaria a la asunción de un sujeto de deseo.

Palabras clave: homosexualidad; sexualidad; lenguaje; cultura; representaciones sociales; psicoanálisis.

Homossexualidade, cultura e representações sociais: Um breve percurso sobre a história de sua (des)patologização

Homosexuality, Culture, and Social Representations

Luciana Marques (Brasil)

Psicóloga, Psicanalista, Doutoranda em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Coordenadora, Professora e Supervisora Clínica do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Veiga de Almeida (UVA) e Professora do Curso de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica e Prática Clínico Institucional da Universidade Veiga de Almeida (UVA).
Universidade Vega de Almeida
lucianamarques@uva.br

Introdução

O tema da homossexualidade, e o modo como foi compreendida em cada época, nos despertou o interesse por sua historicidade, noção introduzida por Jean-François Lyotard¹, que inclui, para além dos fatos históricos, tal como abordado pelos historiadores², o campo da linguagem e da subjetividade.

Neste artigo, fruto de uma pesquisa de reflexão, abordaremos as representações sociais da homossexualidade e seus deslizamentos, partindo de um campo onde o prazer tomava a cena, embora com regras, como vivido

1 Jean-François Lyotard (1924 - 1998), filósofo francês.

2 Este artigo não objetiva tratar dos aspectos históricos da homossexualidade como um todo, mas sim de sua historicidade a nível de linguagem, abordando as representações sociais enquanto produções subjetivas, advindas do campo simbólico.

na Grécia antiga, atravessando o estatuto de pecado, na Idade Média, até chegarmos a categoria de doença, conforme atribuição disseminada pelo discurso médico.

Do desejo que visava o prazer e a satisfação à ciência sexual o sistema classificatório altera a relação com a sexualidade: o contexto moral estabelece a fronteira entre o lícito e o ilícito, o contexto religioso demarca o limite entre o pecado e a pureza, e o contexto científico administra o sexo através de categorias que servem ao propósito da normalização.

Esse percurso desembocará na despatologização da homossexualidade promovida por Freud após a publicação de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, datado de 1905, onde nos apresenta os conceitos de pulsão e perversão polimorfa e a noção de bissexualidade psíquica, distanciado sexual e genital, essenciais para entendermos a homossexualidade enquanto escolha possível de objeto, tal como a heterossexualidade.

Por fim, tomando como alicerce os ensinamentos de Jacques Lacan, nos deteremos nas novas formas de representação social da família que, ainda hoje, promovem uma série de indagações heterossexistas que se iniciam com a importância do sexo dos

genitores como garantia de um sujeito de desejo e se estendem à falta de um indicador da distinção anatômica dos sexos em crianças criadas por casais homossexuais.

Das regras ao desejo às regras contra o desejo

Iniciaremos nosso percurso ressaltando o aspecto mais relevante na Grécia antiga quando se trata da sexualidade: o *kalos*³, o belo, que causa o sujeito a partir do desejo gerado pela beleza visual, não havendo qualquer distinção linguística entre um desejo sexual excitado pelo belo e um desejo amoroso. Nessa época, a ênfase não recaía no sexo do parceiro, mas na bela forma de quem causava o desejo.

Os gregos não reconheciam dois tipos de desejo, Eros não tinha gênero, e o próprio significante homossexualidade, em oposição à heterossexualidade, não fazia parte do vocabulário grego. As expressões linguísticas utilizadas para se referir a relação entre pessoas do mesmo sexo também eram utilizadas para relações com o sexo

3 A palavra *Kalos* significa belo, bonito, atraente e pode ser aplicada a um ser humano, animal ou objeto. Quando aplicado a uma ação ou instituição, ganha novos significados, como honrado, confiável ou admirável.

oposto, já que a polaridade hetero-homo não se aplicava àquela sociedade.

Desse modo, se faz importante o alerta para qualquer projeção anacrônica à Grécia, pois nos levará a uma percepção distorcida dessa cultura, já que a linha divisória estabelecida pelas sociedades atuais no que tange a diferença dos sexos e a sexualidade não se aplicava. Com leis, costumes e sistemas de avaliação muito distintos do nosso, a sociedade grega nos leva a constatar que a cultura, atrelada às representações de sua época, é a grande responsável pelo poder e uso social dado às palavras, sempre ligadas aos ideais e aos valores que cada sistema estabelece.

Bissexualidade, homossexualidade e heterossexualidade são noções criadas ao longo da história e com justificada definição, como veremos mais adiante. No entanto, o fato da semântica não se ocupar de tais expressões linguísticas não nos permite afirmar que as relações homossexuais eram ausentes na Grécia antiga; pelo contrário, os gregos sabiam que as pessoas diferiam em suas preferências sexuais, somente o modo como o tema era abordado é que diverge dos nossos dias atuais.

Outro fator importante no que se refere a cultura grega é seu

característico uso de claras expressões, representando o desejo e a sexualidade de forma desinibida, tanto na literatura e nos poemas quanto nas artes visuais e cênicas, embora as leis, as crenças, as repressões e as normas morais não deixassem de existir, como se costuma pensar.

A literatura grega e as artes visuais costumavam representar as relações homossexuais com uma característica muito específica: homens mais velho em atenção a meninos mais jovens. Nos vasos gregos, por exemplo, os homens adultos costumavam ser representados em posição ativa, oferecendo presentes, cortejando ou tocando um jovem.

Na literatura clássica grega, como constata William Naphy⁴, as relações homossexuais eram realçadas e enaltecidas como exemplos do amor romântico e afetivo, embora o que se destacasse, na maioria dos contos, fosse a natureza interclassista do afeto homossexual. Algumas obras realçavam o poder do amor com o intuito de superar o padrão culturalmente aceito, onde o homem socialmente

4 William Naphy, professor e diretor no Colégio de Teologia, História e Filosofia da Universidade de Aberdeen – Escócia, autor de *Born to be gay: história da homossexualidade*.

superior devia ser ativo enquanto seu favorito, de classe mais baixa, passivo.

Nas poesias cômicas, em geral, o uso de palavras obscenas, com o objetivo de fazer rir, também tentavam oferecer um momento de liberdade aos cidadãos gregos, expressando as relações homossexuais e heterossexuais de forma explícita, mas sem qualquer consideração com os aspectos românticos. Nas peças de Aristófanes⁵, a homossexualidade, embora igualmente tratada de forma humorística, não era tomada como tema central, mas como mais uma pitada para alcançar o humor.

De forma inversa, observamos na filosofia de Platão⁶ que as relações entre o mesmo sexo eram abordadas a partir do estímulo visual causado pela beleza do corpo e da alma, *agalma*, ao mesmo tempo que discutia em seus diálogos questões morais e filosóficas, compostas das mais variadas opiniões. No entanto, embora seu foco fosse no amor, vale ressaltar que Platão, em conformidade com as crenças gregas, costumava fazer referência aos homens homossexuais

como *paiderastes*⁷, que significa carinhoso, devotado e zeloso com seu amante.

Dentre as crenças gregas, destaca-se como convicção comum o pressuposto de que o papel passivo na homossexualidade masculina não gerava prazer e, por consequência, consideravam o desejo de um homem mais velho por um menino como algo natural, uma vez que sua posição era ativa. Essa ideia é correlata à noção de belo ligada aos jovens, com características femininas, sem barbas e sem pelos, como um estímulo ao desejo, tal como refletem as pinturas gregas, onde as representações de jovens e mulheres eram muito semelhantes. (Dover, 2007)

Para além das crenças estavam as questões morais da Grécia antiga que, em sua maioria, relacionavam-se à função que o sujeito exercia para a comunidade. Os valores dados aos cidadãos estavam vinculados à eficiência ou deficiência dos mecanismos comunitários; ou seja, um homem pobre poderia ser tomado como um homem defeituoso para servir à comunidade como cavaleiro ou membro da infantaria, por exemplo, já que

5 Aristófanes, dramaturgo grego (446 - 386 a. C.)

6 Platão, filósofo grego (428 - 347 a. C.).

7 *Pais* significa jovem, menino, filho e *Eraste* significa amante.

em sua juventude esteve impossibilitado de adquirir as necessárias habilidades para essas funções.

Na mesma categoria de deficiência estava a prostituição. Nesse caso, havia uma lei que estabelecia que um cidadão que se prostituísse a um outro homem, aceitando dinheiro ou bens em troca de seu corpo, deveria ser impedido de participar da vida política grega, além de ser privado de certos direitos civis, como dirigir-se a uma assembléia. Punidos pela mesma lei estavam os cidadãos que maltrataram os pais, fugiram do serviço militar ou desperdiçaram a herança recebida de seus familiares.

No caso da prostituição, a questão não recaía sob o fato de se entregar a outro homem, mas à venda, à troca do corpo pelo dinheiro, pois os gregos consideravam que qualquer pessoa que pudesse vender seu próprio corpo também teria a mesma disposição para vender os interesses da comunidade como um todo. Daí a lei penalizar o vendedor, o cidadão que se prostituiu, e não o comprador do serviço.

Seguindo a mesma lógica de punição, face ao bom andamento da comunidade, as privações também eram aplicadas aos pais que vendiam o corpo de seus filhos para a satisfação

de outrem e aos homens que tentavam fazer uso forçado do corpo de alguém, homem ou mulher, cidadão livre ou escravo.

No entanto, se um estrangeiro, visitante ou residente, escolhesse se prostituir não sofreria qualquer pena, uma vez que seu status de não-cidadão já lhe negava qualquer direito de ocupar cargos públicos ou manifestar-se junto as assembléias. Inclusive, era recomendado aos homens, que comumente buscavam pagar pelos prazeres com outros homens, que procurassem os estrangeiros, a fim de que não ficassem privados da satisfação de seus desejos e não prejudicassem o andamento social e político da comunidade.

Como Kenneth Dover⁸ bem observou, se os tribunais do júri de nossos dias preocupam-se em verificar se o acusado realmente cometeu o crime a que está sendo julgado, os tribunais da época tinham maior preocupação com as consequências que o ato do acusado poderiam trazer para a sociedade, dando menor peso à prova concreta do referido crime; ou seja,

8 Kenneth James Dover (1920 - 2010), era um especialista inglês em estudos clássicos, autor de *A homossexualidade na Grécia Antiga*, e professor de grego da Universidade de St. Andrews.

os boatos e a força da palavra do delator poderiam ser provas suficientes para a punição do réu. Vale ainda acrescentar que, após cada audiência, o julgamento era transcrito e distribuído para a ciência da população.

Desse modo, estando o crime relacionado à venda e às consequências para a comunidade em geral, fazer o que lhe pedem, conceder a um favor ou realizar um desejo, como dirigir-se a um jovem por sua beleza ou por amor, era considerada uma atitude digna de um homem mais velho que não cede em seu desejo. Não era a toa que as Escolas de Lutas, que faziam parte do processo educativo dos jovens de classe superior, considerados de boa família, fossem repletas de homens adultos que se dirigiam ao local com o intuito de conhecer belos e atléticos rapazes. Contudo, embora o interesse por meninos jovens fosse admissível, havia limite para o cortejo. Jamais um homem adulto poderia declarar-se abertamente para um menino que ainda não tivesse capacidade⁹ suficiente para julgar o caráter de alguém.

Em Atenas, especificamente, a homossexualidade encontrava-se

intimamente ligada à educação e aos deveres de cidadão, sendo as escolas de atletismo os principais lugares de encontro. Do mesmo modo, a relação entre os eleatas¹⁰, famosos por suas proezas atléticas, sempre vitoriosos nos jogos olímpicos e com expressiva paixão pela beleza masculina, também deixou representativa lembrança visual do desejo entre os homens no seio do próprio templo olímpico. O maior escultor grego, Fídias¹¹, escolheu um eleata, Pantarkes¹², como amante e chegou a representá-lo na base de sua mais notável escultura: a de Zeus sentado no Olimpo, fazendo lembrar a todos os participantes dos jogos olímpicos e todos os adoradores e visitantes do templo de Zeus o explícito amor entre esses homens.

Com esses poucos exemplos já podemos notar que os gregos não consideravam a homossexualidade como um entrave à ordem militar ou à civilização, já que a ligação emocional, baseada em laços de amizade e afeto, não excluía os aspectos sexuais.

9 Não há qualquer menção à idade do jovem, parecendo tratar-se do discernimento esperado para um homem adulto.

10 Cidadãos de Eléia, cidade-estado situada ao sul da Itália.

11 Fídias, escultor e arquiteto da Grécia antiga (480 - 430 a. C.).

12 Jovem vencedor de lutas nos LXXXVI Jogos Olímpicos em 436 a. C.

O reconhecimento das relações homossexuais por parte dos gregos fica especialmente claro no mito da origem dos seres humanos, descrito por Aristófanes no Banquete de Platão. Segundo o mito, os humanos eram, originalmente, duplos. Com duas cabeças, dois genitais, etc. Certo dia, Zeus, zangado com as atitudes dos humanos, ordenou, como castigo, que os seres fossem divididos e, a partir de então, cada ser humano passaria o resto da vida em busca de sua cara-metade. O interessante desta história é a sexualidade original de cada ser duplo. Os homens eram filhos de um homem duplo original e as mulheres eram filhas de uma mulher dupla original. Os únicos seres heterossexuais, metade homem metade mulher, eram os que provinham de um ser andrógino, um macho-fêmea original. Mito do encontro perfeito entre almas gêmeas que sobrevive como ideal fantasístico até os dias atuais.

Devemos concordar com William Naphy quando conclui, após seu longo estudo sobre esse período, que embora algumas leis que limitavam as relações homossexuais já pudessem ser evidenciadas na Grécia, foi a chegada do cristianismo que inseriu a homossexualidade na lista

de atitudes condenadas, levando os médicos da época a considerarem o desejo de ser penetrado como uma patologia que podia ser diagnosticada: uma primeira classificação da homossexualidade como distúrbio anterior à sua suposta invenção no século XIX.

Com a entrada do cristianismo em cena o contraste entre os gregos e as demais culturas, no que tange a sexualidade, passa a ser evidenciado uma vez que o amor, o sexo e a procriação passaram a ocupar um mesmo espaço: o casamento.

Ao realçar a vida em família, e a procriação enquanto razão suprema para a relação sexual, o sexo-por-prazer transforma-se em sexo-para-procriação e o cristianismo aparece como o principal exemplo da propagação dessa nova moral. Se antes os deuses se reproduziam através de partenogênese, gerados por um único Deus, como Atenas concebida por Zeus, a cultura cristã produz Jesus por encarnação, sem qualquer ato sexual, mantendo Maria virgem.

A crença na anatomia do homem e da mulher, criada por Deus, com função de completude dos sexos e de multiplicação propagou-se e, somado ao grande impulso que o cristianismo obteve com o reconhecimento

imperial, resultou numa massiva influência das preceitos divinos que acabaram por adquirir o peso e a força da lei, embora a homossexualidade ainda subsistisse nos escalões sociais, políticos e religiosos mais elevados.

Nessa época, que cristianismo e paganismo coexistiam, as ideias sobre sexo, corpo e natureza começaram a ganhar forma e moldar o pensamento cristão que se iniciou na Idade Média e se manteve até os dias atuais. O principal legado foi o relevo dado ao casamento e à procriação como fim supremo do sexo, o que promoveu uma lista de pecados que ia da homossexualidade a todos os outros tipos de atos sexuais, desde a masturbação até o adultério.

No entanto, foi no século XII que a igreja despertou um específico interesse pelas questões da sexualidade, na tentativa de controlar as atividades sexuais dos padres e de todo o alto escalão social e político. A necessidade de ampliar o celibato, controlar o sexo e manter a virgindade dos jovens os leva a instaurar a crença de que a evolução espiritual, que garantia o reino divino, trazia, como consequência, o apagamento do desejo, noção inversa a que acabamos de verificar na Grécia antiga.

A partir de então, a igreja passa a aglomerar, indiscriminadamente,

práticas e grupos que se opunham a acatar os mandamentos divinos. Com o intuito de ganhar maior força, igreja e Estado se unem e o pecado rapidamente ganha o estatuto de crime.

A ideia que sustentava essa nova manutenção da ordem social, e que promovia o apoio da comunidade, era que todo ato considerado pecado trazia consigo o castigo divino, e os homossexuais, assim como os judeus, os heréticos e os adúlteros passaram a ser os causadores da fome, da peste, da guerra e de todas as outras catástrofes.

Na época da Peste Negra¹³ (1350), registrou-se um acréscimo de leis eclesiásticas que visavam especificamente a homossexualidade, cada vez mais associada a movimentos heréticos. Posteriormente a peste, os europeus tentavam explicar por que razão Deus os castigara de modo tão horrível e a conclusão revelava que o pecado era a causa do caos.

A partir de então, os judeus não eram apenas não cristãos, os homossexuais não eram apenas fornicadores e os adúlteros e os hereges já não eram apenas irmãos desencaminhados. Os

¹³ Peste Negra é a designação por que ficou conhecida, durante a Idade Média, a peste bubônica, pandemia que assolou a Europa durante o século XIV e dizimou em torno de 25 a 75 milhões de pessoas.

três grupos tornaram-se a maior ameaça para a sociedade, a causa de todos os males e problemas. Qual a solução? a erradicação. Consequentemente, Igreja e Estado começaram a dar um maior destaque à fé e à prática religiosa.

Contudo, com o despovoamento da Europa em consequência da peste, a necessidade de propagação e o fracasso da ideia de pureza virginal, o casamento ganha a cena como única solução: a procriação de filhos legítimos. Assim, a religião estabeleceu o matrimônio como justificativa e a reprodução como objetivo final para que o sexo anulasse o pecado do prazer e não se transformasse em um fim em si. Foi dessa forma que os pregadores fizeram o povo compreender o caráter pecaminoso dos homossexuais.

A integridade moral e o dever civil tornaram-se questões de maior relevância para o Estado. De um lado, os moralistas se incumbiam de reprimir a sexualidade dos vizinhos e, de outro, as irmandades se ocupavam de perseguir os homossexuais.

Florença, por exemplo, tomou várias medidas contra os homossexuais, incluindo, em 1432, a criação dos *Ufficiali di Notte*, agentes da noite que, durante setenta anos de perseguição,

controlavam a homossexualidade. Entre 1432 e 1502, o Estado florentino incriminou mais de dezessete mil homens homossexuais, duzentos e quarenta por ano, quase cinco por semana, numa população de quarenta mil habitantes. (Spencer, 1999)

Em 1553, Portugal instalou a inquisição e levou os homossexuais à fogueira. No mesmo ano, a homossexualidade foi considerada crime de maior gravidade na Inglaterra e passou a fazer parte, como categoria, do sistema de leis.

As consequências da peste, e o poder do discurso eclesiástico, acabaram por incutir na mentalidade popular uma ligação entre catástrofes e determinados grupos de pessoas, gerando uma série de reações aos homossexuais cada vez mais violentas, já que a solução encontrada era o pronto e severo castigo, de forma exemplar e visível, na tentativa de evitar a repetição.

Durante todo esse período, o argumento para as ações da Igreja e do Estado era a vontade divina, sendo o papa o grande representante dessa vontade e “o demônio a melhor saída como desculpa para Deus” (Freud, 1930[1929], p. 116).

A Homossexualidade como doença: o discurso médico

O homossexual do século XIX acabou herdando uma espécie de maldição, sendo a um só tempo pecador, criminoso e doente. Com o apogeu do domínio do mundo pelo pensamento cristão, a ciência se uniu com a religião e a política a fim de classificar a homossexualidade como perversão. Nesse cenário, enquanto alguns se envolviam em discussões sobre a criminalização da homossexualidade, outros tentavam descobrir sua causa para erradicá-la na fonte. Como consequência, a homossexualidade, que na antiguidade era considerada uma expressão do desejo, passa a ser encarada como um vício satânico pelo cristianismo para, em seguida, ser classificada como doença pela psiquiatria do século XIX.

Até a medicina tomar para si o campo da sexualidade, as idéias eclesásticas e jurídicas caminhavam paralelamente e se preocupavam em indicar a fronteira entre o pecado e a pureza, o lícito e o ilícito, punindo aqueles que transgredissem as normas morais imputadas aos mandamentos divinos.

O discurso da ciência, que só entra em cena no final do século, uni-se ao Estado e resolve tomar os comportamentos sexuais como fenômenos que deveriam ser explicados, a fim de

que então pudessem ser diagnosticados e tratados. Discernindo o normal do patológico, a partir de sua relação com as representações sociais da época, passaram a classificar as condutas em categorias que iam desde comportamentos amorais até atos criminosos e, tal como a criminologia, prontamente inventaram um vocabulário próprio com o intuito de justificar, cientificamente, as práticas sexuais.

A partir de então, a terminologia passou por múltiplas variações, a nosologia apresentava-se bastante flexível e as teorias criadas para o tratamento e a cura foram várias, desde a hipnose e a castração até as terapias aversivas e reparativas. O objetivo era anular o desejo e conduzir o sujeito à obediência das normas morais culturalmente construídas pela sociedade.

Foi nesse período que então surgiu a sexologia, ou ciência sexual, a partir dos trabalhos dos três pais fundadores da doutrina: Krafft-Ebing¹⁴, Albert Moll¹⁵ e Havelock Ellis¹⁶. Embora a base de seus estudos fosse a sexualidade, as nomenclaturas, as ideias e as abordagens utilizadas para

14 Richard von Krafft-Ebing (1840-1902).

15 Albert Moll (1862-1939).

16 Havelock Ellis (1859-1939).

tratar o tema apresentavam-se bastante divergentes.

No início da década de 60, Karl Heinrich Ulrich¹⁷, advogado alemão, criou o esboço de um primeiro dualismo sexual, que até então não vigorava em qualquer contexto semântico. Mantendo a ideia de um instinto normativo, o jurista cria os termos *Urning*¹⁸ e *Urninde*, na tentativa de expressar a existência de desejos contrários à norma e evitar as punições que a lei previa para esses casos. O *Urning* fazia referências aos homens que sentiam um desejo feminino por outros homens e a *Urninde* à mulheres que sentiam uma atração masculina por outras mulheres. Seu argumento calcava-se no inatismo de tais sentimentos e, portanto, excluía a responsabilidade do sujeito por sua escolha, uma vez que o corpo era habitado por um sentimento que não correspondia, na origem, à fisiologia do sexo: desejar uma mulher era um sentimento masculino e amar um homem um sentimento feminino.

A primeira designação aceita pelas autoridades científicas na

Alemanha para tratar da homossexualidade foi ‘sensibilidade sexual contrária’, concebida por Westphal¹⁹ no mesmo ano em que Karl-Maria Kertbeny²⁰, médico austríaco, estreitou na sociedade a dicotomia homo e heterossexual. Primeiramente, em 1869, Kertbeny publicou o termo ‘homossexual’ em um folheto anônimo contra a lei que previa punição aos homossexuais na Alemanha e, em 1880, tornou público o termo ‘heterossexual’, utilizado na 4ª Edição alemã de *Psychopathia Sexualis*, de Richard von Krafft-Ebing.

Richard von Krafft-Ebing, psiquiatra austríaco, foi o primeiro sexólogo a divulgar um extenso tratado sobre as patologias sexuais. Em 1886, ao publicar sua conhecida obra *Psychopathia Sexualis*, traduzida no mundo inteiro, fez uma longa descrição, a partir de seus 238 casos, de todas as formas possíveis de perversidade sexual, numa espécie de catálogo. Literatura de referência psiquiátrica para o diagnóstico e o tratamento dos ditos distúrbios, decorrentes tanto de doenças hereditárias do sistema nervoso central quanto de frequente abuso dos

17 Karl Heinrich Ulrich (1826-1895).

18 Uranismo é um termo retirado de Afrodite Urânia, locução de onde Platão se baseia para separar os aspectos divinos do amor - Ouranios - dos seus aspectos vulgares.

19 Carl Friedrich Otto Westphal (1833-1890).

20 Karl-Maria Kertbeny (1824-1882).

órgãos sexuais, como Krafft-Ebing entendia, sua obra abrange casos de necrofilia, pederastia, coprofilia, fetichismo, automutilação, bestialidade, entre outros.

Nesse longo estudo, o autor expõe suas ideias ratificando o discurso geral da época e, como muitos, imputava à homossexualidade o efeito de uma anomalia cerebral, denominada ‘parestesia’²¹, que gerava a perversão do instinto sexual através de uma excitabilidade das funções sexuais por estímulos inadequados, o que caracterizava uma espécie sempre reprovada, já que acreditava conduzir o sujeito a atos criminosos.

Essas anomalias cerebrais caem no domínio da psicopatologia. [...] Podem ocorrer em várias combinações e tornar-se a causa de crimes sexuais, razão pela qual exigem consideração. Contudo, as anomalias cerebrais pedem mais atenção, uma vez que conduzem com muita frequência a atos perversos e até criminosos. (Krafft-Ebing, 2000[1997], p. 9)

A homossexualidade, abordada pelo autor como uma ‘sexualidade

antipática’, por sua total ausência de sentimento sexual em relação ao sexo oposto, era descrita, do ponto de vista clínico, em quatro graus de desenvolvimento: iniciava-se com os traços de hermafroditismo heterossexual psíquico passando, em seguida, para uma inicial inversão das características sexuais psíquicas que geravam, por conseguinte, uma inversão total das características sexuais psíquicas que, por fim, culminava na androgenia, quando as características sexuais físicas também acabavam invertidas.

Dentre os diversos casos relatados em sua obra, não podemos deixar de notar um mesmo traço em comum: a luta moral do sujeito contra seu desejo.

Após o tratado de Krafft-Ebing, foi a vez de Havelock Ellis divulgar suas descobertas. O médico inglês introduziu o termo ‘inversão sexual’ no vocabulário científico da época quando, em 1897, publicou *Sexual Inversion*. Embora sua pretensão com essa nomenclatura fosse difundir a ideia de uma homossexualidade congênita, acabou autenticando o pressuposto de uma versão sexual natural e adequada para homens e mulheres. Interessante notar que sua obra foi primeiramente publicada na Alemanha, pois a Inglaterra vetou a tiragem, tornando a

21 Do grego *pará*, com defeito, e *aísthesis*, sensação.

publicação proibida no país, uma vez que o autor se posicionava contra a criminalização e criticava o Estado pelo crescente número de suicídios.

Nesse mesmo ano, Albert Moll, um dos primeiros psiquiatras alemães a trabalhar com a hipnose como método para curar os homossexuais, se detinha na etiologia da homossexualidade e, embora admitisse que causas fortuitas ocorridas na infância ou em situações de reclusão pudessem gerar a inversão sexual, acreditava que os aspectos diversos apresentados na sexualidade eram congênitos, devido aos antecedentes hereditários e aos traços degenerativos que seus pacientes apresentavam. Os resultados de suas pesquisas foram expostos em *Libido Sexualis*, obra que incluía as anomalias sexuais no mesmo campo da sexualidade dita normal.

Diante desse cenário, com categorias diagnósticas diversas e métodos de cura sem sucesso, surge o movimento nazista²² e a ideia de aperfeiçoamento físico e mental da raça humana, trazendo o caos para o novo século. Em 1937, quando os homossexuais capturados receberam o triângulo rosa como emblema que

indicava o motivo de sua ida para os campos de concentração, passaram a ser alvo não só dos guardiões da prisão como também de outros prisioneiros. Estima-se que mais de cem mil homens homossexuais foram mortos nesse período. (Naphy, 2006)

Contudo, embora o fim da 2ª Guerra tenha trazido paz para os Estados e permitido o início dos movimentos de descriminalização e despatologização da homossexualidade, a força da medicina psiquiátrica crescia e cada vez mais categorizava as diversas práticas sexuais e as difundia como doença.

Em 1948, a Organização Mundial de Saúde (OMS) inclui a homossexualidade no Código Internacional de Doenças (CID) na categoria de Personalidade Patológica, sob o registro 320.6, desvio sexual. Em 1952, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) publica seu primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais (DSM I) e classifica a homossexualidade como mais um dos desvios sexuais da categoria Perturbações Sociopáticas da Personalidade, juntamente com o fetichismo, a pedofilia e o sadismo. Alguns anos depois, em 1965, quando a OMS revisa pela oitava vez seu Código Internacional de Doenças, incluiu na

22 O movimento nazista durou de 1926 à 1949.

categoria Desvios e Transtornos Sexuais a subcategoria Homossexualismo, sob o registro 320.0.

O sufixo 'ismo', inserido ao termo homossexual, corroborou com o estatuto de doença que perdurou até a década de 90, quando foi substituído pelo sufixo 'idade', caracterizando, semanticamente, um substantivo abstrato²³. Não é a toa que, ao longo da história, nunca ouvimos falar de heterossexualismo.

Apenas na última metade do século XX foi possível verificar mudanças importantes nesse cenário de patologização e criminalização dos homossexuais. Em 28 de junho de 1969 finalmente ocorre um ato, um dos momentos mais marcantes na história da homossexualidade. Detetives à paisana entram no bar *Stonewall*, no bairro Greenwich Village, em Nova York, e, como de costume, detém cerca de 200 fregueses que lá estavam. No entanto, ao se retirarem do bar com os detentos, encontraram uma multidão indignada com a frequência das barbarias contra os homossexuais. Unidos, mostraram sua força e reagiram com pedras e

garrafas, levando os policiais, assustados com tal manifestação, a recuarem e se esconderem dentro do bar. A ação, que envolveu a polícia e cerca de 400 manifestantes, deu origem ao *Gay Power* e marcou o início do protesto público contra a discriminação de homossexuais. A data 28 de junho passa, desde então, a ser considerada o "Dia do orgulho gay".

Com a motivação trazida pelo evento de *Stonewall*, ativistas gays se organizaram e invadiram, em 1970, e novamente em 1971, as reuniões anuais da Associação Psiquiátrica Americana (APA), a fim de protestar contra os danos causados pelos diagnósticos que conferiam à homossexualidade um caráter de distúrbio psiquiátrico. (Drescher, 2008)

Em resposta ao protesto, e após uma revisão sobre a questão, que durou mais de 1 ano, a Associação Psiquiátrica Americana (APA), em 1973, removeu a homossexualidade do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais* (DSM), influenciando outras grandes organizações de saúde.

Contudo, e por mais incrível que possa parecer, não poderíamos deixar de mencionar que, antes da remoção ser formalmente implantada pela Associação Psiquiátrica Americana, os analistas da Associação Psicanalítica

23 Os substantivos abstratos designam estados, qualidades, ações e sentimentos abstratos, ou seja, que não podem entrar na categoria de definição concreta.

Internacional (IPA) que haviam argumentado contra a mudança, fizeram um manifesto e apresentaram uma petição à APA, contestando a decisão do Conselho. O referendo, proveniente de uma reunião ocorrida na Associação Psicanalítica Americana (APsaA), incluía a assinatura de 200 membros que se posicionavam contra a retirada da homossexualidade da lista de doenças. Felizmente, a decisão final do Conselho para remover a homossexualidade foi (re)confirmada por uma maioria de 58% dos membros votantes da APA. (Drescher, 2008)

Na sequência dessa decisão, as atitudes começaram a deslocar-se ao longo do mundo. Em 1981, o Conselho da Europa emitiu uma resolução que instituiu direitos iguais e proibiu os países membros da Comunidade Européia à criminalização da homossexualidade. Em 1990 surge o movimento “*Queer*”, posicionamento político radical que rompe com o discurso heteronormativo até então assumido nas sociedades americanas ao questionar os binômios de identidade e, principalmente, desafiar o significado pejorativo da palavra *queer* - estranho, esquisito, efeminado e bicha -, que não só inverteu o sentido negativo do termo, como contribuiu

para afirmar o direito das diferentes escolhas sexuais. (Louro, 2004)

Por fim, a Organização Mundial de Saúde revê seu posicionamento e deixa de considerar a homossexualidade como doença, publicando, em 1992, o décimo Código Internacional de Doenças (CID-10) sem constar a subcategoria antes denominada por homossexualismo. O dia 17 de março, data da decisão da OMS, passa a ser considerado o “Dia Internacional contra a Homofobia”.

Freud e a despatologização da homossexualidade

A importância dos fatores sexuais na causação da neurose foi o que levou Freud a uma investigação geral do tema da sexualidade, conforme podemos acompanhar em suas diversas correspondências ao amigo e interlocutor Fliess²⁴.

Em 1894, ao esboçar seu primeiro trabalho sobre a etiologia das grandes neuroses²⁵, Freud já traçava suas hipóteses iniciais sobre os processos de excitação e descarga sexual, agregando, no ano seguinte, no *Manuscrito G*²⁶, um primeiro diagrama

24 Wilhelm Fliess (1858-1928).

25 Manuscrito D (Maio de 1894).

26 Manuscrito G (Janeiro de 1895).

esquemático da sexualidade, que ilustra suas conjecturas.

Ao longo de 1896²⁷, Freud passa a trabalhar a causa precipitadora da neurose, verificando a importância da sexualidade e do infantilismo por um lado, e da força recalçadora da sexualidade por outro. Utilizando como exemplo dos efeitos do recalque o asco, a vergonha e a moral, nos apresenta uma projeção inicial do aparelho psíquico explicando como os traços de memória de eventos sexuais infantis, quando despertados na vida adulta, se comportavam como um evento atual, capaz de gerar desprazer ou prazer.

Nesse momento, Freud já dispunha de uma série de elementos para sustentar sua teoria da sexualidade, mas foi em 1897²⁸, quando incluiu a fantasia como fundamento das motivações sexuais que atuam na infância, desde a mais tenra idade, e descobriu o complexo de Édipo, que pôde concluir sua teoria afirmando a fantasia edípica, composta por desejos sexuais, para todas as crianças.

Atravessando um devastador cenário onde patologia e crime sustentavam a representação social dos homossexuais de sua época, Freud publica, em 1905, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* e promove a mais efetiva desconstrução de um discurso até então calcado no imaginário de uma norma sexual natural entre os sexos.

[...] aqueles que [...] não exercem a psicanálise, não têm absolutamente nenhum acesso a esse campo, nem qualquer possibilidade de formar uma opinião que não seja influenciada por suas próprias aversões e preconceitos. Soubessem os homens aprender através da observação direta das crianças, esses “Três ensaios” poderiam não ter sido escritos. (Freud, 1905, p. 120)

As aberrações sexuais, tema do primeiro ensaio de sua obra, tem o intuito, deliberado, a começar pelo título, de romper com a oposição entre o normal e o patológico, suscitada pelos sexólogos de sua época. Na mão contrária à clínica da moral, que visava a cura do ‘desvio’ a partir da adaptação e da normatização do sujeito, Freud nos apresenta a pulsão, conceito que subverte a noção de sexualidade humana

27 Manuscrito K (Janeiro de 1896) e Carta 52 (Dezembro de 1896).

28 Carta 69 (Setembro de 1897), Carta 70 (Outubro de 1897) e Carta 71 (Outubro de 1897).

e promove um corte epistemológico com o saber dito científico.

Seus três ensaios vêm apagar as marcas deixadas pelas ciências médicas na sociedade ao relacionar a sexualidade com o inconsciente, desmistificando a pretensa naturalidade desejante entre o sujeito e o objeto do sexo oposto.

A opinião popular tem representações bem precisas acerca da natureza e das propriedades dessa pulsão sexual. Ausente na infância, surgiria na época da puberdade e em conexão com o processo de maturação que ocorre com ela, se exteriorizaria nas manifestações de atração irresistível que um sexo exerce sobre o outro, e sua meta seria a união sexual, ou, ao menos, as ações que apontam nessa direção. Mas temos pleno fundamento para discernir nessas indicações um reflexo ou uma cópia muito infiel da realidade, e se olharmos mais de perto, a veremos cheias de erros, imprecisões e conclusões apressadas. (Freud, 1905, p. 123)

Ao tomar a homossexualidade como tema privilegiado em seu primeiro ensaio, Freud retorna às teorias apresentadas pelos sexólogos do século XIX e, munido do conceito de

inconsciente, lança um novo olhar às aberrações, que parte das mais diversificadas perspectivas do comportamento chamado ‘invertido’ - caracterizando o aspecto desarmônico da sexualidade - passando à concepção do caráter inato e/ou adquirido - onde verifica que “nem a hipótese de que a inversão é inata explica sua natureza, como não explica a hipótese de que é adquirida” (Freud, 1905, p. 128) - até chegar ao recurso da bissexualidade psíquica - quando nos alerta para a possibilidade de que a pulsão sexual seja “independente de seu objeto, e tampouco deva sua origem aos encantos desse”. (Freud, 1905, p. 134)

Com o conceito de pulsão e a noção de bissexualidade, ancorado na falta de objeto pré-determinado que venha completar o sujeito, Freud refuta a ideia de um cérebro feminino num corpo masculino, como sugere Karl Ulrich, e entende que a substituição do problema psicológico pelo anatômico é tão inútil quanto injustificada, já que o hermafroditismo físico não se aplicava à grande maioria dos casos, conforme Krafft-Ebing acreditava, assim como a estreita relação entre homossexualidade e atrofia anatômica do órgão se findava numa mera suposição de Ellis.

A investigação psicanalítica se opõe, terminantemente, a tentativa de separar os homossexuais como uma espécie particular de seres humanos. A medida em que estudamos outras excitações sexuais além das que se dão a conhecer de maneira manifesta, sabemos que todos os homens são capazes de eleger um objeto de seu mesmo sexo, e que de fato o consumaram no inconsciente. (Freud, 1905, p. 137)²⁹

Freud chega a essa conclusão a partir de sua escuta clínica, onde as chamadas perversões sexuais apresentavam-se como transgressões que raramente faltavam na vida sexual dos neuróticos. É característica da natureza da pulsão a admissão de ampla variação de seu objeto sexual, como podemos observar na atração que algumas crianças exercem para certos adultos, ou nos casos em que a sexualidade ultrapassa a barreira da espécie, quando os animais são tomados como objeto, acontecimento nada raro em áreas rurais.

O fato é que mesmo no processo sexual conhecido como ‘normal’, há a presença de ‘aberrações’, que podem ser melhor descritas como perversões

da pulsão; uma vez que no humano, ser de linguagem, seu alvo não se restringe ao genital, mas propaga-se por todo o corpo do objeto, ocasionando o que conhecemos como ‘desvios’.

Por pulsão podemos entender, a princípio, nada mais que o representante psíquico de uma fonte de estímulos intrasomáticos em contínuo fluir, ao contrário do estímulo, que é produzido por excitações singulares provenientes de fora. Assim, pulsão é um dos conceitos de demarcação entre o psíquico e o corpo. (Freud, 1905, p. 153)

A boca e o ânus são exemplos de fontes pulsionais, de onde emanam estímulos somáticos designados como zonas erógenas, cuja excitação confere à pulsão um caráter sexual que, de modo algum se restringe aos homossexuais, já que a predileção por essas áreas está presente na vida sexual de muitos casais heterossexuais.

Do mesmo modo estão o olhar, o toque e o fetiche, componentes presentes no chamado ato sexual preliminar que não só despertam a excitação pulsional, mas conferem um certo brilho ao objeto, uma vez que o véu propiciado pela peça do vestuário causa o prazer de ver, além

29 Nota acrescentada em 1915.

de despertar a curiosidade sexual, que leva o sujeito em direção ao objeto na intenção de apoderar-se dele em todos os sentidos. Daí o sadismo e o masoquismo, que se apresentam através do contraste entre atividade e passividade, serem características universais da sexualidade, exibindo uma mescla de agressão e sujeição em todo ato sexual.

Esses componentes universais da vida sexual bastam, “por si só, para mostrar quanto inadequado é usar reprobatoriamente a palavra perversão” (Freud, 1905, p. 146), seja para referir-se a um sinal de degeneração, ou para caracterizar a homossexualidade.

A partir da análise dos neuróticos, Freud pôde ouvir sobre os impasses da sexualidade e, assim, distinguir, definitivamente, a perversão da pulsão da perversão propriamente dita. A pulsão, ao perverter a vida sexual do humano, pode, inclusive, expressar-se através dos sintomas, que atuam como substitutos do desejo numa tentativa de escapar das exigências de renúncia do eu, por meio de uma solução de conflito. Por outro lado, em relação à perversão propriamente dita, só podemos afirmá-la quando o sujeito suplanta e substitui o objeto sexual em todas as circunstâncias. Havendo exclusividade e fixação

“consideramos legítimo, quase sempre, julgá-la como um sintoma patológico”. (Freud, 1905, p. 147)

Conclusão que indica ponderação aos sexólogos, pois se formos considerar as variações da vida sexual normal como patologias, estamos fadados a aumentar, extraordinariamente, o número de seres humanos a serem considerados perversos, já que a sexualidade tanto se apresenta em tais diversidades quanto se expressa nos mais variados sintomas.

A perversão polimorfa da pulsão foi o sintagma cunhado por Freud para consolidar a ponte entre a sexualidade dita normal e a dita patológica, elucidando dois pontos fundamentais: primeiro, que as aberrações sexuais são elementos presentes, desde a infância, na vida de todo sujeito humano e, segundo, que “os sintomas são a atividade sexual dos doentes” (Freud, 1905, p. 148), indício de que as raízes da pulsão sexual, tão visíveis no desenvolvimento da sexualidade infantil, são preservadas na vida adulta dos neuróticos, mesmo quando recalçadas. Daí Freud insistir na distância entre sexual e genital, voltando seu interesse para a vida sexual das crianças, tema de seu segundo ensaio: a sexualidade infantil.

O descaso para com a sexualidade infantil levava a crer que a pulsão só despertaria na puberdade e que qualquer manifestação de atividade sexual na criança era um sinal de degeneração precoce a ser reprimida. É certo que a amnésia infantil, que encobre os primeiros anos da infância, tem grande influência sobre isso, mas, até Freud, nenhum outro pesquisador da sexualidade considerou a vida amorosa das crianças como material a ser estudado ou reconheceu a configuração originária da pulsão sexual, gerando, por um lado, negligência das condições básicas da vida sexual humana e, por outro, as diversas distorções resultantes.

A amnésia, como resultado do recalçamento, que, em essência, impede que algumas ideias tenham acesso à consciência, não aniquilam tais impressões; pelo contrário, esses traços esquecidos deixaram no inconsciente “os mais profundos rastros [...] e passaram a ser determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior”. (Freud, 1905, p. 159)

Se tomarmos a criança como objeto sexual de um adulto, comumente a mãe, verificaremos como o despertar para as diversas sensações prazerosas, inerentes aos cuidados com o corpo, carícias, beijos e embalos,

promovem a satisfação de certas zonas que impelem o sujeito à repetição.

A erogeneização dos lábios, por exemplo, a partir da sucção do seio, ou seu substituto, promove uma primeira sensação prazerosa que leva o lactante à repetição com qualquer objeto que esteja a seu alcance, seja através do dedo da mão ou, até mesmo, de um brinquedo, que exclui a referência à nutrição, mantendo apenas seu caráter rítmico, masturbatório.

Nesse momento, embora a pulsão não esteja dirigida para outra pessoa, satisfazendo-se no próprio corpo, de modo autoerótico, o objeto já é apreendido simbolicamente, em suas idas e vindas, e os lábios da criança acabam por se comportar como uma zona erógena, uma borda que comporta o vazio do objeto, orifício que permite que o corpo da criança entre em contato com o mundo exterior eroticamente, significação que persiste até a vida adulta.

Do mesmo modo, a atividade da zona anal está apta à promoção de satisfação ao longo da vida do sujeito, uma vez que os distúrbios intestinais, tão frequentes na infância, providenciavam a excitação dessa zona na defecação. As fezes, tratadas como uma parte do próprio corpo da criança, representam, simbolicamente, tanto

o primeiro presente dado à mãe, ao desfazer-se dela, quanto sua obstinação, através da retenção, que promove a estimulação masturbatória da borda anal que perdura com os diversos rituais escatológicos dos adultos, mantidos em segredo.

Não é diferente com a atividade da zona genital que, pela lavagem e fricção advindas dos cuidados maternos, promovem excitações que despertam a criança para a repetição da sensação de prazer, revelando que a masturbação representa o poder executivo, autoerótico, de toda a sexualidade infantil.

A disposição perversa polimorfa da pulsão é a grande responsável por todas as transgressões executadas pela criança na busca por certa satisfação, sem que qualquer dique contra os excessos sexuais venha, nesse momento, exercer resistência através da vergonha, do asco ou da moralidade. Desse modo, podemos notar que a sexualidade humana não se restringe ao genital, mas se estende por todos os orifícios corporais, uma vez que “para a produção de uma sensação prazerosa, a qualidade do estímulo é mais importante do que a compleição das partes do corpo”. (Freud, 1905, p. 166)

Não é a toa que a atividade investigatória da criança, despertada

precocemente, seja capaz de gerar, através da pulsão de saber, questões sobre a vida sexual. A ameaça trazida pela suspeita de um novo bebê, por exemplo, a direciona ao enigma da origem, de onde eles vêm?. No entanto, a suposição entre as crianças de uma genitália masculina em todos os seres humanos, a primeira das mais notáveis teorias sexuais infantis, advinda da masturbação infantil e do resultante prazer do órgão, as leva a pensar que os filhos chegam através do intestino, como na eliminação das fezes. O mesmo ocorre com a relação sexual, que aparece sobre o enigma do que consiste ser casado, solucionado pela fantasia da atividade conjunta de micção ou defecação, que não exclui a percepção da subjugação do ato sexual, encarado num sentido sádico.

Tais constatações nos revelam que as teorias sexuais infantis são reflexos da própria constituição sexual da criança, sendo “preciso atribuir a todo indivíduo um erotismo oral, anal e uretral, uma vez que a constatação dos complexos anímicos correspondentes a estes não implica juízo algum sobre anormalidade [...]”. (Freud, 1905, p. 187)³⁰

30 Nota acrescentada em 1920.

Sobrevindo o recalçamento, e os inerentes entraves no caminho da pulsão sexual, as moções infantis não só tornam-se a mais poderosa força impulsora à formação dos sintomas na vida adulta como determinam a bitemporalidade da escolha objetal.

A eleição de objeto da época da puberdade tem de renunciar aos objetos infantis e recomeçar como corrente *sensual*. A não confluência dessas duas correntes tem como efeito, muitas vezes, a impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual, a unificação de todos os desejos em um objeto. (Freud, 1905, p. 182)

Se até o momento da puberdade a pulsão sexual era predominantemente autoerótica, e os pais tomados como objetos das fantasias sexuais, agora, a escolha objetal deve ser aloerótica, tema tratado por Freud em seu terceiro ensaio: as metamorfoses da puberdade.

Com a chegada da puberdade, a vida sexual infantil alcança sua configuração definitiva. A excitação sexual, expressa por sinais anímicos e somáticos, busca um novo alvo; o parceiro sexual. Através das zonas erógenas, com a introdução da excitação sexual, “o olho, talvez o ponto mais afastado

do objeto sexual, é o que com mais frequência pode ser estimulado na situação de cortejar um objeto, pela qualidade peculiar cuja causa costuma ser chamada de “beleza””. (Freud, 1905, p. 191)

Ao pré-prazer, que já pudera ser produzido pela pulsão sexual infantil, soma-se a energia motora necessária para levar a cabo o ato sexual e introduzir um novo prazer; o prazer final advindo da satisfação extraída do objeto.

À força que promove a excitação sexual, Freud denomina libido. Essa força, que na infância estava dirigida para o eu do sujeito, agora, na puberdade, pode dirigir-se a novos objetos sexuais.

Aqui, vale destacar que foi em torno da libido que Freud pôde elaborar sua teoria da primazia fálica para ambos os sexos: “a libido é, regular e normativamente, de natureza masculina, quer ocorra no homem ou na mulher, e abstraindo seu objeto, seja este homem ou mulher”. (Freud, 1905, p. 200)

Porque Freud faz essa afirmação? Porque, no inconsciente, não há inscrição da diferença sexual e, portanto, não há pré-determinação entre a escolha de posição sexuada e a escolha de objeto.

Em relação ao conceito de masculino e feminino, bastante ambíguos, principalmente quando reduzidos às opiniões populares, Freud esclarece: a psicanálise emprega seu uso no sentido de atividade e passividade, caracterizando a libido como masculina, uma vez que a pulsão é sempre ativa, mesmo quando estabelece para si uma meta passiva. Logo, se há uma satisfação passiva, é de uma passividade ativamente produzida que se trata: ser olhado, ser cuidado, etc..

Com a noção de bissexualidade, podemos compreender tais manifestações tanto no homem quanto na mulher, a partir da conjunção dos traços psíquicos de satisfação ativa e passiva, independente dos traços biológicos, uma vez que é pela falta de um objeto pré-determinado à pulsão que os pais, enquanto protótipos das fantasias sexuais infantis, garantem à criança as derivações desses traços e revelam que o encontro com o objeto sexual é, de fato, uma tentativa de reencontro com o objeto mítico, perdido desde sempre para o ser de linguagem.

Portanto, é na relação com o Outro primordial, de onde emana o registro da 1ª experiência de satisfação, que alguma coisa vai ficar de fora, por ser impossível de representar: das Ding, a Coisa que viria completar o

sujeito, escapa. A linguagem amarra o que seria um gozo puro, total, e oferece ao *infans* um para além da pura necessidade, criando novas modalidades de satisfação. Das Ding, irrepresentável, embora permaneça fora da dinâmica do inconsciente, é a própria condição do inconsciente, por onde as marcas de satisfação são representadas, mobilizando o sujeito ao encontro com objetos substitutos e levando à vida sexual na puberdade as fantasias infantis, agora recalçadas, como norte para as posteriores escolhas sexuais; deslizamento inerente a cultura que não só barra a sexualidade incestuosa como lhe garante preceitos morais.

As experiências de satisfação infantis permitem ao humano, “sempre apoiado em sua infância, desenvolver mais de uma *série sexual* e criar condições muito diversificadas para sua eleição de objeto”. (Freud, 1905, p. 208)

Assim, não há como pensarmos num movimento natural de um sexo em direção ao outro, mas num movimento pulsional, guiado pelo caráter masculino da libido, do sujeito desejanste em relação ao objeto que lhe causa.

À disposição do sujeito, o jogo de combinatórias está aberto e, desse

modo, fica fácil concluir que a escolha sexual, seja de posição ou de objeto, não tem qualquer caráter aberrante, como se costuma pensar, mas faz parte, como resultado, das experiências de júbilo infantis subjetivadas. A homossexualidade, especificamente, que também resulta em uma escolha objetiva advinda da subjetivação das experiências de satisfação, nos permite evidenciar, quando não é considerada crime ou patologia, um número nada pequeno de sujeitos que elegem um objeto sexual do mesmo sexo.

O fato é que o campo simbólico, da linguagem, ao perverter a ordem biológica, permite as mais variadas atribuições de valores ao comportamento, como pudemos observar até aqui. Daí a sexualidade, com seu caráter errante, deslizar, em suas representações sociais, de acordo com a época. Do desejo ao pecado, e do crime à doença, podemos constatar que “a diferença mais marcante entre a vida sexual da antiguidade e a nossa reside, decerto, no fato de que eles colocavam a ênfase na própria pulsão, enquanto nós a colocamos no objeto” (Freud, 1905, p. 136)

Com Freud, a promessa do encontro com o objeto adequado é substituído pelo impossível da complementaridade dos sexos, e o homem,

que escapa do contexto biológico e do modelo social, passa à categoria de sujeito de desejo. A partir de então, abre-se o campo da escolha, que permite a satisfação, embora parcial, com o objeto que causa, ancorado na fantasia.

Novas formas de representação social da família: sobre o casal homoparental e a criação de filhos

Atualmente, as novas formas de representação social da família promovem uma série de indagações heterossexistas que se iniciam com a importância do sexo dos genitores para a garantia de um sujeito de desejo e se estendem à falta de um indicador da distinção anatômica dos sexos em crianças criadas por casais homossexuais. Poderia o Édipo assumir função normativa para o sujeito quando não há uma mulher assumindo a função materna? Pode um sujeito posicionar-se quanto a assunção de seu sexo quando um homem exerce essa função? Qual a relação entre a transmissão da lei e a anatomia do agente da função paterna? Adiante-mo-nos: nenhuma!

No entanto, diante dessas questões, e de tantas outras que ainda hoje surgem na corrente da preleção

normativa dos sexos, se faz necessário distanciarmos as diferentes funções, materna e paterna, dos personagens reais da família. Para garantirmos tal proposta, nos deteremos na metáfora paterna, enquanto efeito descrito por Lacan a partir de três tempos lógicos de inscrição da falta, a fim de esclarecermos que a relação do sujeito com o falo³¹ se estabelece desconsiderando a diferença anatômica entre os sexos³², por tratar-se de um significante articulador da estrutura simbólica, inerente ao mundo de linguagem dos humanos.

Esclareçamos: A mãe, como trazida por Freud, ou o tesouro do significante, como introduzido por Lacan, é uma função que só promove o estatuto de Outro primordial a quem ocupa esse lugar para o bebê devido a um efeito de linguagem e não através de um dado que, *a priori*, se apresenta pela via anatômica; entendido como uma espécie de instinto materno nas mulheres. Do mesmo modo, o pai é um *semblant*, capaz de promover

um efeito metafórico ao substituir o desejo enigmático do Outro materno pelo Nome-do-Pai, uma vez que o pai é simbólico e só existe por uma construção mítica, Um-pai³³ que funda a posição da lei.

Ao humano, ser de linguagem, desamparado por estrutura, resta que alguém, e não necessariamente uma mulher, o acolha e entenda seu apelo como uma intenção dirigida, uma mensagem. Cabe, a quem por desejo exerce essa função, transformar o apelo da criança em significante, trazendo o sentido: fome, sede, dor, calor, frio, etc. Por outro lado, o pai, revestido como símbolo, não precisa estar presente no ambiente para se fazer presente no complexo, dando acesso à lei. Esses são dois pontos que precisam ficar claros, a fim de que possamos pensar o complexo de Édipo e de castração enquanto operações de linguagem que permitem a assunção da criança enquanto sujeito.

Desse modo, devemos elucidar que na relação primordial entre mãe e bebê, o que está em jogo é o desejo do agente da função materna pela imagem fálica da criança, devido a

31 O falo designa, simbolicamente, a potência cultuada e inacessível ao humano. Primazia fálica instaurada no mundo através do símbolo e da lei. Daí Lacan caracterizá-lo como o próprio significante do desejo, significante que ao marcar a falta de um gozo total ao humano oferece acesso ao desejo.

32 Ver a "Significação do falo", descrita por Lacan em 1958.

33 Ver o mito de "Totem e Tabu", descrito por Freud em 1913 e o "Seminário, Livro 20: mais, ainda", proferido por Jacques Lacan em 1972 e 1973.

falta de objeto dada pela estrutura e transmitida pela linguagem, que funda toda a ordem simbólica, anterior a cada nascimento. É sobre essa falta que o falo pode se presentificar como objeto privilegiado do desejo humano, para homens e mulheres, sendo o próprio motor da relação do sujeito com o mundo.

Em outras palavras, o falo, operando como objeto que falta ao Outro, ϕ minúsculo³⁴, orienta metonimicamente a identificação imaginária do filho ao falo, lugar de objeto que a criança ocupa buscando satisfazer o desejo da mãe. É assim que o bebê encontra uma brecha e se oferece, com todo o seu corpo, como objeto fálico que se presta a tamponar essa fenda.

Essa mítica completude fálica já nos aponta que “não há, por tanto, uma primazia genital, mas sim uma primazia do falo” (Freud, 1923, p. 146), onde a posição do significante paterno, no plano simbólico, antecede e funda a captura imaginária; ponto nodal que conduz Freud a enfatizar a linguagem, ratificada por Lacan ao

elevar a importância do significante na economia do desejo.

Iniciemos nosso percurso com a premissa do jogo, o tempo zero, onde o significante materno é o primeiro significante introduzido na simbolização, na medida em que a criança depende do desejo de quem exerce essa função, desenhando, nessa relação, as primeiras realidades com o meio vivo. Aqui, a mãe é uma exigência simbólica, um dado de estrutura que se manifesta pelo par presença-ausência. A mãe, em si, é um símbolo, pois não há constituição do outro nesse momento, denominado por Freud de autoerótico. Trata-se do puro vai e vem do objeto real, o seio³⁵, articulando à criança o registro do apelo.

Será através dessa primeira simbolização que o *infans* passará do marco zero ao primeiro tempo do Édipo; ou seja, o desejo da criança irá se configurar como desejo do desejo desse ser primordial, surgindo o Outro, onipotente, agente da frustração, por ser capaz de dar, ou não, acesso aos objetos simbólicos.

Vejamus que aqui há uma transformação, pois o que era mero objeto da necessidade trás consigo um além, sendo oferecido ao filho algo que o

34 O falo a nível imaginário, ϕ minúsculo, designa o objeto da falta, cunhado por Lacan em 1950, ao descrever seu efeito metonímico na triangulação mãe-filho-falo, que orienta a identificação imaginária do filho como falo do Outro primordial, agente da função materna.

35 O seio ou seu substituto.

objeto em si não comporta, mas que vem atrelado com a resposta que o Outro oferece ao apelo: o dom. O dom é o signo do amor, aquilo que o objeto não tem, mas que é oferecido à criança juntamente com o objeto, levando Lacan a afirmar que amar é dar o que não se tem, é doar a falta, dar uma significação ao vazio original.

A partir de seu ingresso na dialética da frustração, o objeto real não é em si mesmo indiferente, mas não tem necessidade alguma de ser específico. Mesmo que não seja o seio da mãe, nem por isso ele perderá algo do valor de seu lugar na dialética sexual, de onde se origina a erotização da zona oral. Não é o objeto que desempenha, em seu interior, o papel essencial, mas o fato de que a atividade assumiu uma função erotizada no plano do desejo, o qual se ordena na ordem simbólica. (Lacan, 1957, p. 188)

Aí está toda a particularidade do humano, que nos garante perceber que não há qualquer momento simbólico ideal, como uma simultaneidade entre a intenção do bebê, que se manifesta como mensagem ao Outro, e a ratificação exata desse significante no Outro. No humano,

há um efeito de transformação que faz de todo sujeito um corno, traído pelo fato de seu desejo deitar-se com o significante, pois “a partir do momento em que se fala com alguém, existe um Outro, [...] como sujeito do código, e já nos encontramos submetidos à dialética de “corneação” do desejo”. (Lacan, 1958, p. 155)

A passagem do desejo pela cadeia significante é o que faz com que tudo dependa do Outro, aquele que traz a modificação do desejo por sua transposição ao nível da linguagem. Daí qualquer satisfação possível depender da articulação entre a invocação, o apelo do bebê, e a resposta vinda da sede do código, por onde o grito retorna modelado, articulado como palavra, ratificando que “desde a origem, a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras”. (Lacan, 1957, p. 193)

Não se trata de um dado objetivo, mas de uma articulação do sujeito no nível da demanda, onde os objetos que o *infans* quer reter consigo não são apenas objetos da satisfação, mas objetos do dom, que testemunham a potência materna, marcando o seu valor, na medida em que tal potência pode, ou não, responder ao apelo. A partir de então, “o que conta, vocês

vão ver, são as carências, as decepções, que afetam a onipotência materna” (Lacan, 1956, p. 70)

Nesse momento da dialética os objetos tornaram-se simbólicos, não importando se o agente da função materna trás o seio, a mamadeira ou a chupeta, pois o que vale é que tenha veiculado o dom, já que a satisfação que está em jogo na dialética da frustração, à qual o bebê faz apelo, é da ordem do amor, havendo então, no eixo pulsional, um circuito de trocas, que possibilita a substituição do objeto - que deixa de ser do nível da necessidade e passa a ser tomado pela via simbólica -, introduzindo o *infans* na ordem humana.

Com efeito, todas as relações com o corpo próprio que se estabelecem por intermédio da relação especular, todas as pertinências do corpo entram em jogo e são transformados por seu advento no significante. O fato de que os excrementos se tornem, durante um certo tempo, o objeto eletivo do dom não deve certamente nos surpreender, já que é, evidentemente, no material que se oferece a ela em relação a seu próprio corpo que a criança pode encontrar o real feito para alimentar o simbólico. O fato de que a retenção possa

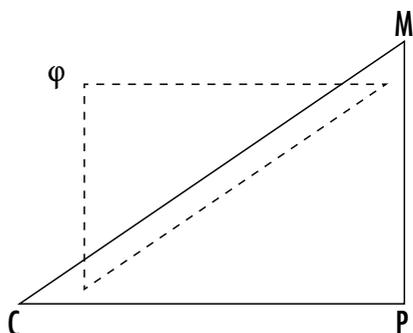
se tornar recusa tampouco deve surpreendê-los. (Lacan, 1957, p. 193)

Desde então, a satisfação da necessidade se torna uma parva compensação para a decepção imposta pela ordem simbólica, uma vez que o objeto, quando presente, comporta um fundo de ausência, marcando que o que se deseja não será alcançado, por impossibilidade.

A fim de satisfazer o que não pode ser satisfeito, a criança se faz de objeto enganador. É assim que o bebê, na tentativa de garantir os objetos de dom, evitando que aquilo que é falta no agente da função materna a leve para outras direções, se oferece para obturá-la, mantendo-a completa, mesmo que ao preço da alienação, pois trata-se de uma questão de sobrevivência.

Portanto, para que esse deslocamento seja possível, devemos notar que o Outro, como lugar do significante, trás o reflexo do significante essencial, que conduz o sujeito a entrar no jogo pela via da imagem guia do falo, que trás consigo a função unificadora da imagem total do corpo e permite ao sujeito uma primeira identificação imaginária, sem que com isso nos esqueçamos que a matriz está no outro ponto, no significante

paterno, de onde veremos o efeito da metáfora.



O significante paterno, revestido como símbolo, por sua ligação metafórica ao falo, funda a posição do falo no plano imaginário, mediando o desejo materno e apontando esse para além, que permite a identificação da criança com o falo, na medida em que o falo é a resposta para a incógnita suscitada pelo desejo do Outro.

Nessa etapa fálica primitiva, o ponto nodal se coloca na escolha do filho em ser ou não ser o falo, uma vez que já encontra-se projetado no plano simbólico que o Outro não o tem. A essência desse momento encontra-se no resultado, pois é o que a criança consegue pescar; ou seja, o pai, seja quem for, ainda está velado para ela, mas a metáfora paterna opera por si só, como primazia fálica instaurada no mundo através do símbolo e da lei. Daí, basta à criança

ser o falo, objeto suficiente para satisfazer o desejo materno, nos conduzindo a observação de que, nesse primeiro tempo do Édipo, a relação da criança não é com a mãe, mas com o desejo de quem ocupa essa função, seja homem ou mulher. Esse desejo permite que o bebê se situe como assujeitado aos caprichos de quem depende, oferecendo o falo sob a forma de sua imagem.

O que cabe compreender é que esse desejo de desejo implica que estejamos lidando com o objeto primordial [...], e que a tenhamos constituído de tal maneira que seu desejo possa ser desejado por um outro desejo, o do filho, nomeadamente. (Lacan, 1958, p. 205)

Desde a origem, há uma motivação da ordem do desejo em sua relação fundamental com a ausência do objeto, no que essa falta introduz como cadeia significante que o *infans* se depara na forma de Outro primordial. Por isso, antes mesmo de aprender a falar ou compreender o que é dito, já existe a simbolização introduzida pela carência do objeto que completaria o humano, levando a significação a se furta, a deslizar como um objeto metonímico. Daí o

falo representar, ou induzir, o objeto faltante para o plano imaginário.

No entanto, essa dependência do Outro é o que também permite a passagem para o nível dialético da privação, pois os objetos não só dependem desse alguém como não há amor que se dê que seja suficiente para apaziguar um ser que originalmente, por estrutura, encontra-se desamparado, como o humano. O que ela quer? Por que ainda se vai, já que me ofereço a ela? Quem tem o que ela deseja? A oferta da criança não é mais suficiente, e alguém deve ter o que o agente materno deseja, alguém que se torna um rival a nível imaginário.

Essa falta, que está marcada na origem, revela que o Nome-do-Pai, enquanto significante que confere autoridade à lei, já está, no interior do Outro da linguagem, marcado como um significante essencial, que nesse vaivém entre mensagem e código representa no Outro a interdição, uma vez que

[...] a dimensão do Outro como lugar do depósito, do tesouro do significante, comporta, para que ele possa exercer plenamente sua função de Outro, que ele tenha também o significante do Outro como Outro. Também o Outro tem, além

dele, esse Outro capaz de dar fundamento à lei. Essa é uma dimensão que, é claro, é igualmente da ordem do significante, e que se encarna em pessoas que tenham essa autoridade. (Lacan, 1958, p. 162)

A interdição aqui ainda não se caracteriza como um não para o filho, mas para quem exerce o papel de mãe, um não reintegrará o teu produto, que remete o capricho materno a uma lei, lei que não é dela mas de um Outro que possui o objeto de seu desejo. O pai desse segundo tempo do Édipo, suporte da lei, é mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz barreira. Logo, é a mãe que deve fundar o pai como mediador daquilo que está para além de seu capricho; ou, dito de outro modo, o pai deve estar presente na palavra da mãe.

A essência desse tempo não está apenas do enigmático vaivém do agente materno, mas como Lacan nos atenta, é preciso que exista, por trás dessa função, “[...] toda a ordem simbólica de que ela depende, e a qual, como está sempre mais ou menos presente, permite um certo acesso ao objeto de seu desejo” (Lacan, 1958, p. 189); objeto privilegiado na ordem simbólica: o falo.

O que se torna relevante entendermos é que a matriz do Édipo está inscrita para todos os humanos, não podendo ser apagada. O Outro, como tesouro do significante, comporta que ele também tenha esse Outro capaz de dar fundamento à lei, trazendo ao filho o reflexo do significante essencial: o Nome-do-Pai. Só assim a castração materna terá efeito sobre o sujeito, revelando que o Outro é privado do objeto tanto quanto o bebê, acarretando numa dupla decepção imaginária que, ao mesmo tempo, confere ao objeto fálico sua importância, uma vez que falta.

A privação, portanto, é um confronto com o real da falta, pois nessa relação primordial com o Outro da linguagem algo fica de fora; ou seja, no aparelho psíquico há um registro simbólico, um significante essencial que esvazia o gozo puro e introduz a libido a partir da relação com o Outro, marcando possibilidades de satisfação para além da descarga da pulsão de morte³⁶, tal como verificamos no item anterior deste artigo. Trata-se de um ganho advindo de uma perda, aspecto decepcionante da ordem simbólica que dá acesso às substituições.

Desse modo, a função do falo, pela via imaginária, embora promettesse certo apaziguamento ao bebê, acaba escapando, pois o desejo não se encerra na imagem, pelo contrário, o falo se encarna justamente naquilo que falta à imagem³⁷, apontando um furo entre a imagem oferecida ao Outro e o desejo do Outro, que protege, pois trata-se de um jogo de engodo, onde a criança se oferece ao Outro ao mesmo tempo em que se defende do devoramento do Outro.

O pai desse segundo tempo é desvelado quando a criança encontra a privação no Outro, pai enquanto projeção da hostilidade do próprio bebê que retorna a ele, imaginariamente, como um rival, vinculando um primeiro aparecimento da impossibilidade de fazer Um e permitindo que a criança se desvincule de sua identificação ao falo.

Em outras palavras, é na medida em que o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna que o círculo não se fecha completamente em torno da criança e ela não se torna, pura e simplesmente, o objeto do desejo da mãe. (Lacan, 1958, p. 210)

³⁶ Ver "Mais além do princípio do prazer" descrito por Freud em 1920.

³⁷ Ver a "Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano", descrito por Lacan em 1960.

Para isso, é necessário que a criança aceite a privação do falo materno, levando a percepção que ela próprio não é o único objeto do desejo da mãe: falta real de um objeto simbólico.

Mas por que o pai? A experiência prova que a mãe também o faz tão bem quanto ele. Lembrem-se da observação do pequeno Hans, onde é a mãe quem diz: - *Ponha isso para dentro, isso não se faz*. Em geral, na maioria das vezes, é a mãe quem diz: - *Se você continuar a fazer isso, vamos chamar o doutor para cortá-lo fora*. Convém, portanto, assinalar que o pai, na medida em que proíbe no nível da pulsão real, não é muito essencial. (Lacan, 1958, p. 178)

É nessa etapa que o falo volta a assumir o lugar do significante: falo simbólico, Φ maiúsculo³⁸, que inscreve o gozo perdido. A mensagem, para a criança, chega como um ‘não há o que me ofereça que seja suficiente’, insatisfação fundamental experimentada pelo agente materno na relação

mãe-criança, sendo a função paterna o único recurso para solucionar esse novo impasse.

Diante do que era uma completude fálica, a falta se instaura como incompletude do Outro, abrindo o caminho para o terceiro tempo do Édipo, onde a falta do falo é ratificada, já que ninguém o tem.

Portanto, fica novamente claro que não importa se a mãe é um homem, com pênis, pois a falta está elevada ao nível significante, uma vez que a função do agente paterno é privá-la de um objeto que se quer o agente da função materna tem, já que a priva “[...] de algo que só tem existência como símbolo” (Lacan, 1958, p. 191), não precisando, para isso, que o pai se quer exista no ambiente.

O Nome-do-Pai é uma metáfora da presença do pai, que entra em jogo, no terceiro tempo, como potência paterna, aquele que é suposto ter o objeto do desejo materno, podendo dar esse objeto, e não apenas privando o Outro dele. Aqui a metáfora paterna “[...] leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardada de reserva, e cuja significação se desenvolverá mais tarde” (LACAN, 1958, p. 201).

Deixemos claro que, nesse momento, da castração, o pai simbólico

38 O falo a nível simbólico, Φ maiúsculo, é o significante da falta, cunhado por Lacan em 1958, ao descrever seu efeito metafórico, para ambos os sexos, ao unir linguagem e desejo, marcando a impossibilidade de um gozo total ao humano.

é um lugar que o agente da função materna aponta como sustentáculo do Nome-do-Pai, puro *semblant* capaz de produzir uma báscula que reinstaura o falo como objeto do desejo, não importando se esse pai é um personagem da família, um trabalho, um homem ou mesmo uma mulher, contanto que sustente a impossibilidade de fazer Um. Trata-se de algo estrutural e não familiar, onde o que está em jogo é a falta, que aponta o desejo materno para além do filho, algo ou alguém que cause esse sujeito que exerce a função de mãe, convertendo o objeto para sempre perdido em objeto causa do desejo.

O que o pai potente tem e passa é o falo enquanto transmissão da falta, motor do desejo que dá possibilidade de significação para a falta do Outro, representada pelo enigma do desejo materno. Essa metáfora revela no Outro o lugar da lei como tal, do significante essencial que traz sentido ao que antes era enigma.

$$\underline{NP} . \underline{DM} \rightarrow NP (A / \Phi)$$

$$DM \times$$

NP - Significante Nome-do-Pai

DM - Desejo enigmático da mãe

X - Significação desconhecida para o sujeito

A - Outro

Φ - Falo

O Nome-do-Pai marca a falta simbólica do objeto imaginário, o falo, revelando a falta de um objeto harmônico, que complete, e a ausência de um significante que represente o sujeito de forma absoluta, já que há um furo na relação do sujeito com o Outro, indicada pela falta de objeto que promete a plenitude.

Embora a falta seja um dado de estrutura, é no terceiro tempo que ganha significação, revelando que tanto a mãe quanto o filho não são e não têm o falo, falta radical que, por retroação, revela a falta-a-ser a partir da falta-a-ter, produzida pela inclusão do sujeito na linguagem. Logo, frustração, privação e castração são os três tempos lógicos da transmissão da falta, revelando que o que é desejado pelo humano é o impossível.

Em outras palavras, é a lei da interdição do incesto que regulamenta as trocas humanas pois, a partir da castração, a falta deixa de ser um vazio a ser preenchido sendo elevada à categoria de vetor do desejo, motor psíquico das buscas futuras. Daí os objetos imaginários, embora postos no lugar do que falta, não promoverem completude, não recuperarem o

gozo, condição dada pelo falo simbólico ao permitir as infinitas substituições, ampliando o circuito de trocas, embora mantendo o impossível da relação sexual.

Retomemos então à questão colocada inicialmente, a fim de concluir: como conceber que a anatomia do sujeito que exerce a função materna ou paterna possa acarretar qualquer dano psíquico ao filho quando não condiz com a cultural distinção de papéis ideais que fazem da mulher, mãe, e do homem, pai?³⁹

Inicialmente, temos como um dado da estrutura simbólica, presente no mundo, a pura manifestação do par presença-ausência. Nesse marco zero, não há outro, seja homem ou mulher. Em seguida, no primeiro tempo do Édipo, a função materna, onipotente, diz respeito ao Outro da linguagem, que dá ou não acesso aos objetos, trazendo o dom, enquanto o pai aparece velado, embora a metáfora paterna opere por si só, como primazia fálica instaurada no mundo através do símbolo e da lei.

No segundo tempo do Édipo a função paterna não está menos velada que no primeiro tempo, mas marca

sua presença como suporte da lei, mensagem que retorna para a criança através da mediação do discurso materno, revelando a insuficiência do que é oferecido pelo filho no que tange a completude e permitindo a passagem para o terceiro tempo da relação, quando o Outro da linguagem aparece privado, desejante, e a função paterna nasce revestida como símbolo, doador do falo enquanto significante da falta, que permite ao assujeitado o acesso ao desejo.

Assim, a criança, num primeiro momento, mantém uma relação não com a mãe, mas com o desejo de quem exerce essa função, causa da fenda necessária para que se posicione como falo imaginário do Outro. Em seguida, se depara com um além, que é constituído pela relação desse Outro com a lei, que protege a criança do devoramento advindo do capricho materno. Por fim, o falo, antes no plano imaginário, retorna ao plano simbólico pela via da metáfora paterna, de onde a criança reconhece não sê-lo e não tê-lo, nos levando a concluir que, como seres de linguagem, o signifiante essencial, o Nome-do-Pai, está desde sempre presente enquanto um dado de estrutura que impõem um limite ao gozo, uma impossibilidade,

39 Ver "Seminário, Livro 18: de um discurso que não fosse semblante", proferido por Jacques Lacan em 1971.

e nos oferece acesso ao desejo; basta sabermos servir-nos dele.

Referências

Alberti, S. (org.) (2008). *A sexualidade na aurora do século XXI*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.

Chauí, M. (1984). *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Drescher, J. (2008). A History of Homosexuality and Organized Psychoanalysis. *Journal of American Academy of Psychoanalysis*, 36(3), 443-460.

Dover, K. J. (2007). *A homossexualidade na Grécia antiga*. São Paulo: Ed. Nova Alexandria.

Ellis, H. (2012 [1927]). *Inversão sexual*. [S.l.]: Index ebooks.

Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Freud, S. (1950 [1892-99]). Fragmentos de la correspondencia con Fliess - Manuscrito D (1894). En: *Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de*

Freud: 1886-1899 (v. 1, pp. 225-226). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

Freud, S. (1950 [1892-99]). Fragmentos de la correspondencia con Fliess - Manuscrito G (1895). En: *Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud: 1886-1899* (v. 1, pp. 239-246). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

Freud, S. (1950 [1892-99]). Fragmentos de la correspondencia con Fliess - Manuscrito K (1896). En: *Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud: 1886-1899* (v. 1, pp. 260-269). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

Freud, S. (1950 [1892-99]). Fragmentos de la correspondencia con Fliess - Carta 52 (1896). En: *Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud: 1886-1899* (v. 1, pp. 274-280). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

Freud, S. (1950 [1892-99]). Fragmentos de la correspondencia con Fliess - Carta 69 (1897). En: *Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud: 1886-1899* (v. 1, pp. 301-302). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

- Freud, S. (1950 [1892-99]). Fragmentos de la correspondencia con Fliess - Carta 70 (1897). En: *Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud: 1886-1899* (v. 1, pp. 303-305). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1950 [1892-99]). Fragmentos de la correspondencia con Fliess - Carta 71 (1897). En: *Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud: 1886-1899* (v. 1, pp. 305-308). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1913[1912-1913]). Tótem y tabú. En: *Obras completas: Tótem y tabú y otras obras: 1913-1914* (v. 13, pp. 1-164). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1905). Tres ensayos de teoría sexual. En: *Obras completas: Fragmento de análisis de un caso de histeria (Dora), Tres ensayos de teoría sexual, y otras obras: 1901-1905* (v. 7, pp. 109-224). Buenos Aires: Amorrortu, 2008.
- Freud, S. (1920). Más allá del principio de placer. En: *Obras completas: Más allá del principio de placer, Psicología de las masas y análisis del yo y otras obras: 1920-1922* (vol. 18, pp. 1- 62). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1923). El yo y el ello. En: *Obras completas: El yo y el ello y otras obras: 1923-1925* (vol. 19, pp. 1-66). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1923). La organización genital infantil: una interpolación en la teoría de la sexualidad. En: *Obras completas: El yo y el ello y otras obras: 1923-1925* (vol. 19, pp. 141-150). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1924). El sepultamiento del complejo de Edipo. En: *Obras completas: El yo y el ello y otras obras: 1923-1925* (vol. 19, pp. 177-188). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1925). Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos. En: *Obras completas: El yo y el ello y otras obras: 1923-1925* (vol. 19, pp. 259-276). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- Freud, S. (1930[1929]). El malestar en la cultura. En: *Obras completas: El porvenir de una ilusión, El malestar en la cultura, y otras obras: 1927-1931* (v. 21, pp. 57-140). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Godino Cabas, A. (2009). *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jones, E. (1989). *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jorge, M. A. C. (2005) *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, vol. 1: as bases conceituais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Jorge, M. A. C. (2007). A teoria freudiana da sexualidade 100 anos depois (1905-2005). *Psychê*, 11(20), 29-46.
- Jorge, M. A. C. (2010) *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, vol. 2: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Katz, J. N. (1996). *A invenção da Heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Krafft-Ebing, R. V. (2000[1997]). *Psychopathia Sexualis*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lacan, J. (1956-1957). *O Seminário, Livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- Lacan, J. (1957-1958). *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- Lacan, J. (1958). A significação do falo. En: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. En: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1964). Do “Trieb” de Freud e do desejo do psicanalista. En: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1971). *O Seminário, Livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- Lacan, J. (1971-1972). *O Seminário, Livro 19: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

- Lacan, J. (1972-1973). *O Seminário, Livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- Lanteri-Laura, G. (1994). *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Marmor, J. (org.) (1973). *A inversão sexual: as múltiplas raízes da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Marques, L. (2008). *Homossexualidade: uma análise do tema sob a luz da psicanálise*. Dissertação de mestrado, Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro.
- Marques, L.; Mendonça, L. G. F. S. (2013). Perversão? Notas sobre perversidade, perversão polimorfa e estrutura perversa. *RESCAC – [Revista saúde, corpo, ambiente e cuidado]*. Obtenida el 19 de mayo de 2014, de <http://www.rescac.com.br/rescac/index.php/ojs/article/view/22>
- Marques, L. (2013). Sexualidade e ética psicanalítica. En: *As Homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização* (pp. 59-64). São Paulo: Segmento Farma.
- Moll, A. (1966[1897]). *Libido sexualis*. New York: Brandon House.
- Naphy, W. (2006). *Born to be gay: história da homossexualidade*. Lisboa: Edições 70.
- Pacheco, A. L. P. (2012). *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia: a direção do tratamento na psicanálise com crianças*. São Paulo: Annablume.
- Paoliello, G. (2013). A despatologização da homossexualidade. En: *As Homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização* (pp. 29-46). São Paulo: Segmento Farma.
- Platão (1999). *Diálogos I: Mênon, Banquete, Fedro*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Rinaldi, D. (1996). *A ética da diferença: um debate entre psicanálise e antropologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar
- Roughton, R. E. (2001). *Rethinking homosexuality: what it teaches us about Psychoanalysis*. [New Orleans: American Psychoanalytic Association, 2001]. Obtenida el 07 de junio

de 2009, de http://www.finnqueer.net/pdf/Rethinking_homosexuality.pdf

Roudinesco, E.; Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Spencer, C. (1999). *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record.